

DE REPENTE “POVO”: maneiras de pensar a participação política a partir da campanha abolicionista de 1884

Felipe Azevedo Souza*

RESUMO: Dividido em duas partes o presente artigo analisa, em um primeiro tópico, as concepções de participação política pensadas por Joaquim Nabuco. Mesmo reconhecendo a incapacidade do povo brasileiro para o exercício democrático, Nabuco afirmava que a estrutura do sistema representativo era defectiva e dificultava o desabrochar de uma cultura política mais ampla. Na segunda parte é feita uma análise da forma com que a participação política foi encarada por comentaristas da época, a partir do caso da campanha abolicionista de 1884. Essa eleição que se destacou por uma grande adesão da população, culminou com um conflito armado no local de votação. Segundo os relatos, muitos dos envolvidos eram escravos e libertos que sequer tinham direitos políticos. O conjunto dessas perspectivas coloca em questão a propalada indiferença política de setores sociais marginalizados do direito ao voto.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Raça; Cultura política.

Suddenly "people": perspectives about the political participation in the abolitionist campaign of 1884

ABSTRACT: Divided into two parts this paper first analyzes the conceptions of political participation written by Joaquim Nabuco. Even while he recognizes the inability of the Brazilian people for the democratic exercise, he proposes that the structure of the representative system was defective and hindered the blossoming of a broader political culture. In the second part I make a analysis in how political participation was seen by commentators of the time, focusing on the case of the abolitionist campaign of 1884. This election was highlighted by a large membership of the Recife population, and was marked by an armed conflict in the polling place. According to reports, many of those involved were slaves and freedmen who had no political rights. These perspectives question the publicized political indifference of marginalized social sectors that had not right to vote.

KEYWORDS: Democracy; Race; Political Culture.

Repentinamente “pueblo”: reflexiones sobre la participación política a partir de la campaña abolicionista de 1884

RESUMEN: Dividido en dos partes, el artículo analiza, en el primer tema, los conceptos de la participación política de Joaquim Nabuco. Aunque reconozca la incapacidad del pueblo brasileño para el ejercicio democrático, Nabuco afirmaba que la estructura del sistema representativo era defectuosa y ha obstaculizado el desarrollo de una cultura política más amplia. En el segundo tema, hacemos un análisis de la manera que la participación política fue vista por los comentaristas de la época, desde el caso de la campaña abolicionista de 1884. Esta elección, que se ha destacado por una grande adhesión de la población, ha culminado en un conflicto armado en el lugar de votación. Según los informes, muchos de los implicados eran esclavos y libertos que no tenían derechos políticos. El conjunto de estas perspectivas pone en entredicho la propagada indiferencia política de los sectores sociales marginados del derecho al voto.

PALABRAS-CLAVE: Democracia; Raza; Cultura Política.

*Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista de doutorado da Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP). Email: felipeazv.souza@gmail.com

A ideia de que o Brasil não tinha um povo, proveniente de uma célebre reflexão do cientista francês Louis Couty, se tornou habitual nos estudos sobre a participação política das classes populares do Brasil imperial.¹ A frase de impacto sintetizava uma percepção que era compartilhada por boa parte dos comentaristas políticos da época e geralmente vem sendo evocada por pesquisadores contemporâneos como uma boa provocação a ser desconstruída.

Há uma série de pesquisas recentes que, com êxito, vem demonstrando a existência de uma efervescente cultura política, mesmo entre aqueles setores tradicionalmente alijados da política institucional.² Esse paradoxo entre a sentença de Couty e o fluxo de manifestações populares e pequenas resistências foi apreendido por José Murilo de Carvalho, que interpretando o sentido usado pelo francês como o de “povo político”, no sentido de uma população amplamente organizada em torno de diretrizes ideológicas, movimentos de massa, educada em hábitos cívicos e dotada de direitos assegurados, pensou uma categoria de classificação paralela. Trata-se do que Carvalho chamou de “o povo da rua”, assim definido:

Havia um povo que se manifestava, em geral à margem dos mecanismos formais de participação, quando não contra o sistema político. Esse povo tanto existia nas cidades como no campo. Chamo-o de povo da rua para indicar que ele saía do âmbito doméstico para o domínio público sem, no entanto, enquadrar-se nas regras dos palácios. Sua ação nem sempre tinha consequências imediatas para o sistema político, mas no mínimo denunciava suas fissuras e limitações.³

Na apreciação de Carvalho as duas categorias de “povo” podiam coexistir, inclusive dentro do quadro de referências dos contemporâneos. A conceituação é instrumentalizada por ele em episódios bem delimitados, como nos casos das revoltas da Vacina e de Canudos, por exemplo, lhe fornecendo um quadro explicativo do período cujo viés conclusivo ganha rigidez de sentido com o próprio retesamento das identidades coletivas pensadas pelo autor. No entanto, a ação política em sua multiplicidade natural muitas vezes pode vir a embaralhar essas configurações e deixar-se fugir pela tangente de categorizações imperativas. Acredito que alguns casos ocorridos em Recife nas eleições de 1884 podem nos servir para refletir sobre essas questões.

Quando dezenas de indivíduos invadiram o local de votação e mataram os fiscais eleitorais em proteção à candidatura do abolicionista Joaquim Nabuco, algumas versões foram criadas para delimitar a ação e a identidade daqueles sujeitos. Para uns tratava-se de uma malta de escravos e desordeiros criminosos, para outros era a ascensão política do “brioso povo pernambucano”. Por trás de cada versão, interesses em conflito.

Levando-se em conta que “*povo* não é um conceito descritivo, mas claramente operacional”, talvez acompanhar os usos que foram feitos do conceito à luz dos relatos, seja

um exercício válido não simplesmente para entender, ou enquadrar conceitualmente, quem era o “povo” que invadia Igrejas e matava por política, mas de que maneira o termo era apropriado para autorizar ou deslegitimar manifestações políticas.⁴ Antes, no entanto, de analisar os eventos de 1884, me parece interessante passar rapidamente pelas reflexões do próprio Joaquim Nabuco sobre “povo” e sobre participação política “democrática”, a partir de seus escritos políticos e correspondências pessoais.

Joaquim Nabuco na aurora de um pensamento democrático

Joaquim Nabuco foi um político esquivo no início de sua carreira, nos seus escritos públicos e nos particulares eventualmente deixava transparecer certo incômodo em relação a essa dimensão de sua vida, por muitos compreendida propriamente como um legado de três gerações de parlamentares que praticamente lhe impelia a exercer a vida pública.⁵ Ainda assim, foi o que fez na maior parte do tempo, pois mesmo nos momentos em que não estava exercendo qualquer cargo no governo, manteve uma intensa correspondência com lideranças políticas. Mesmo que os figurões com que ele se correspondesse fossem, em verdade, amigos de infância, familiares ou colegas da universidade, não faltavam nas epístolas análises conjunturais e articulações em torno de projetos de poder.

Afora o fato de frequentar os bastidores da política desde a puberdade, Nabuco era um íncrito estudioso do pensamento liberal e acompanhava com atenção a marcha das discussões parlamentares e articulações de poder no cenário internacional. Seus escritos dão a perceber que aquilo que observava e vivenciava no cotidiano da prática política no Brasil parecia compor um vetor estranho em relação ao que lia sobre política ou ao que percebia nas suas andanças pelos Estados Unidos e Inglaterra, eram duas vertentes que aparentemente não se tocavam no tabuleiro de compreensão que Joaquim Nabuco esboçava em seus escritos. Em determinada ocasião confidenciou a um amigo seu que:

Decididamente não fui feito para o que chamam entre nós *política*. A palavra, a pena, as ideias são armas que de nada servem, e ai de quem não tem outras! O caráter, o escrúpulo, a independência, o patriotismo, tudo isso não vale nada – não tem curso entre os eleitores.⁶

Antes de incorrer em uma involuntária *ilusão biográfica*,⁷ devo dizer que essa carta foi escrita em 1881 por ocasião da derrota de Joaquim Nabuco nas eleições daquele ano. Os

momentos em que criticou o sistema representativo e a forma como se fazia política no Brasil, na maior parte das vezes, vale destacar, coincidiram com ocasiões que sucederam suas derrotas nas urnas ou fracassos do partido liberal. O que de modo algum desqualifica o teor das apreciações, pelo contrário, a contingência realça seus sentidos. E é a partir dos protestos de Nabuco sobre a política e as circunstâncias que permearam essas declarações que proponho traçar algumas considerações sobre a participação política das classes populares no período.

Quando no trecho acima destacado Nabuco se referia a “o que chamam entre nós *política*”, possivelmente se referia a um quadro que ele mesmo já havia detalhado em seu primeiro opúsculo, uma publicação de 1868, dos tempos em que ainda era estudante universitário.⁸ Em *O povo e o trono*, o jovem escritor não poupou virulência para evidenciar como as engrenagens do regime representativo no país eram movidas pelo Imperador, sem a participação efetiva do povo. Escrito em um momento de profunda tensão entre os liberais e o Dom Pedro II, movido pela deposição do Gabinete Zacarias de Góes, o livreto acusava o “trono” de ser a “negação da democracia”, amparado por um estrutura em que se destacavam as “Câmaras sempre eleitas pela vontade do governo; ignorância das massas; inconstâncias dos ministérios”.⁹ Os elementos que compunham o sistema representativo, do eleitorado aos partidos, eram, segundo o autor, demasiadamente frágeis para fazer frente aos desígnios palacianos, dizia ele que “basta o Imperador nomear um ministério liberal para tornar-se o país liberal, basta nomear um ministério conservador para o país tornar-se conservador. Isto quer dizer que entre nós só há um poder estável”.¹⁰

É bem verdade que Nabuco exagera no teor das críticas ao Imperador, superdimensionando sua responsabilidade em relação a inoperância das instituições representativas, questão que pode ser colocada na conta do momento político de reação ao uso do poder moderador. A questão que quero chamar a atenção, no entanto, é a proposição enfática por mais democracia, que o autor apresentava como saída para fazer valer o princípio constitucional que vaticinava que todos os poderes do Império deviam ser delegados pela Nação.¹¹ Nesse aspecto o texto deixa subentendido que Nação e povo são sinônimos e o caminho para que o povo se apossasse do poder seria inicialmente ladrilhado por três etapas: 1) extinção do poder Moderador; 2) eleições diretas; 3) sufrágio universal.¹² O primeiro ponto não chegou a ser um alvo real de discussões maciças pelas legislaturas imperiais, tampouco continuou a permear as reflexões de Nabuco em outros momentos, os outros dois sim.

As sugestões de tais reformas eram avançadas para o momento e ainda que Nabuco tivesse a seu favor o benefício do descompromisso juvenil para afirmá-las publicamente,

questões sobre eleições diretas e ampliação do eleitorado lhe acompanharam ao longo de sua trajetória política futura. Esse texto, no entanto, trazia um paradoxo que também permeava o pensamento político no Brasil de então, pois em certo momento Nabuco reivindicava a “manifestação da vontade popular” através do “sufrágio universal”, pois “o povo não é nenhuma criança, nem nenhum louco”.¹³ Mas, em outra parte, quando criticava o falseamento das eleições, ponderava a ignorância do povo como fator que constrangia a promoção de pleitos livres, pois esse povo estaria habituado “ao domínio patriarcal”, de modo que “o povo não intervém senão para homologar por um simulacro de comício os despachos dos ministros [...] ele não passa de um farsante que repete o papel que lhe ensinam”, dando às eleições a feição de “uma comédia ridícula”.¹⁴

O paradoxo residia justamente no fato de se apresentar uma abstração enquanto saída para um problema de legitimidade dos poderes constituídos, ou seja, um modelo de participação mais amplo e eficaz, que, no entanto, baseava-se em um substrato incapaz de tornar realidade a crença no ideal democrático. Pois, quando Nabuco se perguntava no texto “e o povo, ele existe hoje?”, a resposta era a seguinte:

Não: o que temos é uma corrente ligeira que todos desviam de seu alvo, e que lambe os pés de todos que dominam. O que temos é uma voz enfraquecida, que se perde no espaço da terra brasileira. Mas, um dia essa voz quase perdida, será um rugido de trovão e a tempestade abalará os dormentes da caverna. Um dia essa corrente humilde far-se-á rio caudal para arrebatar as insígnias falsas, e arrastar no vórtice das espumas esse rochedo que parece afrontar os ventos da democracia.¹⁵

Fazendo uma análise de longa duração sobre a institucionalização de mecanismos de participação política, Renato Lessa, desenvolveu a tese de que no Brasil intelectuais que pensaram a relação entre “povo” e Estado o fizeram a partir de um roteiro demiúrgico, que se propunha a criar uma engenharia social aplicável por meio de um aparato legislativo com o intuito de moldar as relações políticas de uma população tida como fragmentada e “carente de laços sociais e cívicos permanentes”.¹⁶ Esse movimento se caracterizava, entre outros aspectos, por deixar em suspenso ou mesmo ignorar a observação e incorporação da “dinâmica espontânea da vida social”. Ainda que Lessa tenha desenvolvido suas análises em torno de dois momentos objetivos da história republicana que considera fundadores da invenção do Brasil enquanto República como conhecemos hoje,¹⁷ acredito que o pensamento de Joaquim Nabuco, pode ser alinhado dentro de uma arqueologia desse espectro político do pensamento democrático no país. Em uma aproximação que ocorre tanto pelo uso do expediente de criação de sujeitos coletivos incapazes de transigir com os mecanismos

democráticos, quanto pela forma de buscar reformas legislativas para inventar um “povo” que correspondesse às necessidades da crença democrática.

Ainda em *O trono e o povo*, Nabuco defende com veemência a reforma eleitoral para o voto direto como meio objetivo de vocacionar o povo para a prática democrática, afirmando que:

[...] a eleição direta, esse meio pronto de manifestação da vontade popular, essa purificação da representação pública, que investindo o povo do direito imediato do sufrágio, que é um direito seu imprescindível, habilita-o para os grandes atos da vida pública, dá-lhe a iniciação nos segredos de seus interesses reais.¹⁸

Uma década depois a eleição direta foi levada à discussão pelo parlamento, e os debates, no entanto, culminaram com uma reforma eleitoral que ao contrário dos anseios de Joaquim Nabuco, que debutava seu primeiro mandato,¹⁹ foi executada ao custo da eliminação de cerca de 90% dos eleitores que antes votavam. A Câmara dos Deputados, apoiada nas vertentes menos democratizantes do pensamento liberal, optou por compor um eleitorado mais restrito e elitizado ao impor restrições à população mais pobre e analfabeta.²⁰ A reforma, que ficou conhecida como Lei Saraiva, seguia na contramão do pensamento do parlamentar pernambucano que entendia que a mudança nas regras eleitorais, no sentido de prover mais autonomia à vontade popular com a eliminação da primeira fase das eleições, viria a compor paulatinamente um eleitorado mais independente e, conseqüentemente eleições mais francas. A argumentação em torno da lei era concordante com Nabuco em relação ao princípio que sugeria que para fazer melhores eleições, eram necessários melhores eleitores, no entanto, ao invés de criar esses votantes mais aptos de maneira demiúrgica, para usar o termo de Renato Lessa, escolheram por encolher o eleitorado à fração que consideravam mais capaz.

Nabuco não concordava com os drásticos cortes nos direitos políticos encaminhados pela lei de 1881, entendia a reforma como “uma tentativa para fazer retroceder o curso da democracia entre nós e proclamar a política da desconfiança contra o povo”.²¹ Se opunha energicamente por perceber nela um ato de expiação injusta à maior parte do eleitorado pela ineficiência do sistema, para ele cabia certa parcela de culpa aos eleitores pobres e analfabetos nesse processo, mas como cúmplices:

E como é que essas classes vem hoje perante o país, escandalizadas, cobrindo as faces de vergonha, dizer que a responsabilidade dessas corrupções deve reverter sobre esses pobres homens, que as não podiam pagar; que a culpa dessas atas falsas pertence aos analfabetos, que não as podiam escrever; que o crime dessas qualificações fraudulentas, dessas duplicatas imaginárias, dessas apurações escandalosas, de todo o nosso regime eleitoral, enfim, é obra daqueles que, no mais, não foram seus cúmplices?²²

O Brasil não era o único país em que as eleições eram sistematicamente fraudadas, ao longo do século XIX essa era, em verdade, a regra ao redor do mundo. No entanto, o último quartel do século foi caracterizado pela tendência por ampliação do eleitorado na maior parte dos países ocidentais, um recurso que, entre outros fins, tinha por objetivo também combater a venda de voto, a barganha de cargos e outros tipos de corrupção eleitoral. Nabuco tinha verdadeira devoção pelo sistema inglês e não furtava-se de o usar como parâmetro, afirmava abertamente que tinha “sempre a Inglaterra por modelo de país representativo”, tomemos, portanto, seu exemplo para entender esse processo.²³

As eleições nas ilhas britânicas eram afamadas por uma corrupção endêmica nas primeiras décadas do século XIX, reformas legislativas foram executadas sucessivamente no sentido de coibir as fraudes, em 1854, 1867, 1872 e 1883, foram criadas leis mais duras para compra de votos e práticas ilegais, ampliação do acesso a petições de denúncia de crimes eleitorais, introdução do voto secreto, entre outras modificações.²⁴ No Brasil aconteceu um processo semelhante, reformas em 1855, 1860, 1875 e 1881, criaram mecanismos voltados à promoção de eleições livres, com a ampliação da lista de crimes eleitorais, aumento das incompatibilidades entre determinados cargos e candidaturas, alteração de autoridades eleitorais (dando maior proeminência aos agentes do poder judiciário), regulação do movimento de tropas e de agentes de segurança pública em períodos de votação, enfim, mudanças que sinalizavam uma preocupação continuada dos legisladores brasileiros em relação à lisura do processo. A promoção de dispositivos que coíbiam a fraude era um fator primordial, no entanto, analistas da realidade britânica apontaram que a ampliação do eleitorado e melhorias de índices sociais foram de extrema importância para mudar o quadro de corrupção.

Em diversos países a expansão no número de votantes implicou dificuldades crescentes para a prática do clientelismo por dois motivos óbvios de operacionalização, em primeiro lugar porque quanto mais eleitores, maiores as despesas em relação a compra e barganha de votos e, em segundo lugar, dificultava-se ainda mais as formas de controle dos votantes. Antes a compra de votos e o monitoramento do comportamento eleitoral eram executados em relação a dezenas ou algumas poucas centenas de indivíduos por distrito, mas, o progressivo aumento do eleitorado, com distritos que chegavam a contar com milhares de pessoas, foi tornando esse processo ineficaz e dispendioso. A industrialização impulsionou um processo de urbanização acompanhado por uma expansão nas taxas de alfabetização e

incremento salarial no fim do século, fatores que também influíram para uma maior independência do eleitorado segundo pesquisadores do tema.²⁵

No Brasil, a reforma de 1881 foi executada no sentido contrário e contou ainda com um agravante, as alterações nas exigências para o acesso ao título eleitoral deram margem a um aumento considerável no número proporcional de funcionários públicos alistados, categoria profissional tradicionalmente vinculada à tramas clientelísticas que capitalizavam os cargos do funcionalismo em transações de barganha eleitoral.

Em pesquisa anterior esquadrinhei detalhadamente as mudanças assinaladas no eleitorado com a implantação da Lei Saraiva.²⁶ A partir de dados de listas eleitorais do Recife de antes e depois de 1881 é possível perceber as mudanças desenhadas pela reforma, observe-se, por exemplo, a ascensão de um perfil profissional mais urbano e de ofícios relacionados ao domínio da escrita em um importante distrito da capital pernambucana²⁷:

Tabela I – Ofícios desempenhados pelos votantes do 2º distrito eleitoral do Recife (1876)

Ofícios	Nº	%
Agricultor	1.397	30.4%
Negociante	626	13.6%
Artista	460	10.1%
Funcionário Público	359	7.8%
Jornaleiro	353	7.7%
Proprietário	197	4.3%
Carpina	131	2.8%
Pedreiro	82	1.8%
Advogado	51	1.1%
Oficial do Exército, Oleiro, Despachante, Ferreiro, Alfaiate, Marceneiro, Mestre de Açúcar, Charuteiro, Empregado do Hospital, Pintor, Professor, Escrivão, Outros.	938	20.4%
TOTAL	4594	100%

Fonte: *O Tempo*, julho-agosto 1876.

Tabela II – Ofícios desempenhados por parte dos votantes do 2º distrito eleitoral do Recife
(1884)

Ofícios	Nº	%
Negociante	175	29.4%
Funcionário Público	123	20.6%
Proprietário	71	12%
Agricultor	30	5%
Artista	20	3.3%
Advogado	16	2.7%
Jornaleiro	14	2.3%
Solicitador	11	1.8%
Despachante	11	1.8%
Oficial do Exército, Guarda Livros, Professor, Médico, Escrivão, Carpina, Empregado, Escrivão, Alfaiate, Caixeiro, Outros.	125	21%
TOTAL	596	100%

Fonte: *Qualificação dos eleitores da Boa vista 1884*. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, setor de folhetos raros, cx. 8.

A nova composição do eleitorado veio a potencializar eleições ainda mais controladas pelo governo, principalmente pautadas na negociação de cargos públicos. Esse problema, que era presente na maior parte dos países que ensaiavam projetos democráticos, foi enfrentado com reformas que impunham maior participação popular, influenciando em um esforço maior dos partidos por disputar eleições com base em conteúdos programáticos, o que, com o tempo, levou a formação de partidos de massa.²⁸ A drástica diminuição no número de eleitores e a ascensão do funcionalismo público esvaziou ainda mais o sentido social das relações eleitorais no Brasil.

Em sua autobiografia, Nabuco expõe como essa configuração criava obstáculos para que o voto conseguisse representar os interesses políticos da população, para isso lança mão de uma pequena crônica sobre um momento que vivenciou, trata-se de um relato de campanha, provavelmente das eleições de 1887. Ao percorrer as ruas do Recife em um porta-a-porta Nabuco dizia entrar “em contato direto com a parte mais necessitada da população”, dando a perceber que a condição social marcada pela pobreza, em nada implicava em desinteresse ou apatia política, percepção que não era convencional no período e que chegava a constar o líder abolicionista, que afirmava:

Eu visitava todos os eleitores, de casa em casa, batendo em algumas ruas a todas as portas... A pobreza de alguns desses interiores e a intensidade da religião política

alimentada neles fez-me por vezes desistir de ir mais longe... Doía ver o quanto custava a essa gente crédula a sua devoção política.²⁹

O mal-estar de Nabuco era fruto justamente da repressão de expressão política que essa gente pobre sofria pela dinâmica eleitoral, dizia ele que em muitas casas que visitava “o chefe da família estava sem emprego havia anos por causa de um voto dado ao partido da oposição; a pobreza era completa, quase a miséria, mas todos ali tinham o orgulho de sofrer por sua lealdade ao partido”. O comportamento que ele chamava de “paixão e ilusão política do povo”, era o indício de uma vontade de potência abafada, uma força subterrânea por participação política que não eclodia principalmente por causa de uma conjectura que selava no voto relações de dependência.

O caso de Jararaca, um operário do Arsenal que o abolicionista visitou em uma dessas andanças eleitorais, é usado pra ilustrar a questão. A narrativa sobre esse eleitor que o recebeu em sua casa, e que segundo ele “só tinha de terrível o nome”, se insere no texto de maneira representativa da forma como o voto dos funcionários públicos era controlado, sobre Jararaca dizia Nabuco que:

Estava pronto a votar por mim, tinha simpatia pela causa, disse-me ele; mas votando, era demitido, perdia o pão da família; tinha recebido a *chapa de caixão* (uma cédula marcada com um segundo nome, que servia de sinal) e se ela não aparecesse na urna, sua sorte estava liquidada no mesmo instante. “Olhe, senhor doutor”, disse-me ele, mostrando-me quatro pequenos, que me olhavam com indiferença, na mais perfeita inconsciência de que se tratava deles mesmos, de quem no dia seguinte lhes daria de comer... E depois, voltando-se para uma criancinha, deitada por sobre os buracos de um antigo canapé desmantelado: “Ainda em cima, minha mulher há dois meses achou essa criança diante de nossa porta, quase morrendo de fome, roída pelas formigas, e é mais um filho que temos! No entanto, estou pronto a votar pelo senhor”, recomeçava ele cedendo à sua tentação liberal, “se o senhor me trazer um pedido do brigadeiro Floriano Peixoto.” Esse foi talvez o primeiro *florianista* do país... “Pode vir por telegrama... Ele está no engenho, nas Alagoas... E o que ele me pedir, custe o que custar, eu não deixo de fazer... Telegrafe a ele...”³⁰

A história acaba com Joaquim Nabuco dissuadindo Jararaca a não arriscar seu emprego e colocar em risco a sorte de sua família, “há de vir o tempo em que o senhor poderá votar em mim livremente”, dizia reafirmando sua crença em um futuro de voto livre. Afora essa questão, Nabuco também negou o pedido de Jararaca de intermediar uma relação sua com Floriano Peixoto, eis um aspecto interessante que passa sem maiores comentários pelo autor.

Da mesma maneira que Nabuco sentia-se à vontade para bater à porta da casa dos eleitores pedindo-lhes seus votos, Jararaca talvez pensasse que fosse natural negociar seu voto com os figurões que ali apareciam eventualmente a cada eleição. E é plausível que esse ato

revelasse que o operário do arsenal da Marinha tinha uma compreensão bastante apropriada do jogo político, entendendo muito bem que antes de perder seu emprego votando no abolicionista, poderia ganhar do candidato a possibilidade de contato com um dos nomes mais proeminentes das forças armadas de então.³¹

Acredito que o Jararaca a quem Nabuco se referia, era Benedito Francisco Jararaca, que na juventude ingressou no Arsenal da Marinha enquanto aprendiz e seguiu carreira trabalhando nas oficinas daquele empreendimento público por muito tempo.³² É provável que o censo de oportunidade de Jararaca não tenha se perdido na negação de Nabuco em interceder seus pedidos à Floriano Peixoto, e seu “florianismo” tenha sido amplificado sobejamente nos anos em que esse marechal tornou-se presidente, pois justamente nos conturbados meses da Revolta da Armada, Jararaca alcançou duas promoções na carreira, passando a alferes e logo depois à tenente do exército.³³ Numa época em que as promoções no funcionalismo estavam relacionadas a boas relações pessoais, e em um momento de crise como aquele, com Floriano precisando de adesões, o fluxo de favorecimentos adensou-se e muitos como Jararaca se depararam com uma chance real de ascensão social. Sobre esse processo escreveu Lima Barreto em *Triste fim de Policarpo Quaresma*:

[...] a revolta representava uma confusão nos empregos, nas honrarias e nas posições que o Estado espalha. Os suspeitos abririam vagas e as dedicações supririam os títulos e habilitações para ocupá-las; além disso, o governo, precisando de simpatias e homens, tinha que nomear, espalhar, prodigalizar, inventar, criar e distribuir empregos, ordenados, promoções e gratificações.³⁴

Levando em conta aspectos normativos da racionalidade em torno da escolha é extremamente plausível que Jararaca, como muitos outros eleitores independentemente da classe social, tenha transigido com seu voto ponderando se o destinava a contemplar os seus interesses pessoais imediatos (no caso, manter seu emprego ou garimpar entre outros candidatos um telegrama ao marechal Floriano Peixoto) e os interesses sociais (votando de acordo com uma pauta de reformas alicerçadas no abolicionismo de Nabuco).³⁵ É basicamente esse o quadro de alternativas que o relato de Nabuco oferece, dando a entender que tanto o operário do arsenal, quanto a maior parte dos eleitores em situação parecida optavam por manter a segurança de seus empregos, ainda que ele se refira que eventualmente se deparou com casos de homens que sacrificaram seus cargos votando contra o governo.

Em *O Abolicionismo*, escrito diga-se de passagem em um momento de ressaca política após uma derrota nas urnas, Nabuco afirmava que “o povo como que sente um prazer cruel em escolher o pior, isto é, em rebaixar-se a si mesmo, por ter consciência de que é uma

multidão heterogênea, sem fim a que se sujeite, sem fim a que se proponha”.³⁶ Ainda que colocasse em termos pejorativos, Nabuco reconhecia que o povo “escolhia”, mesmo que escolhesse o pior, ou seja, havia agência, o povo não conformava simplesmente um amontoado de fantoches nas mãos de uma elite que os manipulava. Nessa parte de *O Abolicionismo* ele atribui as péssimas escolhas pela falta justamente de um povo no sentido político, ou seja, uma massa coesa em torno de ideais programáticos ou movimentos sociais, ele percebia nos conluios feitos em torno das negociatas de voto essa ausência de uma força de transformação social.

Em resumo, Nabuco via no povo um agente de mudança social apenas em potencial. Para a época que escrevia, esse poder coletivo de agenciamento político era dispersado por um sistema eleitoral que coibia a expressão franca do voto e que induzia a disputa ao parlamento a algo que ele não considerava “política”. Em 1886, dizia ele após outra derrota nas urnas que “o mais considerável elemento de nossas eleições [é] o dinheiro”.³⁷ Na compreensão que esboça, os eleitores não eram apáticos ou indiferentes, mas as alternativas de voto que se apresentavam nas campanhas é que eram restritas, ou em outros termos, na maior parte dos pleitos não havia muitos motivos reais para se votar na oposição, e o cálculo político feito pelos eleitores era certamente óbvio pela iniquidade de propostas políticas que se apresentavam em relação aos cargos e benefícios pessoais que se negociavam. Esse sentimento foi acentuado depois da reforma de 1881, com o adensamento de funcionários públicos nas sessões eleitorais a ideia de eleições diretas estava “moralmente morta”, tornou-se nas palavras de Nabuco a disputa entre os que “tinham empregos que perder ou ganhar”.³⁸

Um dos aspectos que Nabuco raramente destacou em escritos públicos, mas que votou atenção nas suas correspondências, é a imperícia ou desinteresse dos partidos em estimular a disputa democrática a partir da mobilização popular. Para ele esse era um aspecto crucial para inflamar nas massas um princípio de organização da ação política coletiva - algo que ele entendia como uma vocação em suspenso. Talvez pela independência em relação aos grupos estabelecidos, foi no seu primeiro opúsculo que fez a crítica mais mordaz em relação ao tema, caracterizando o sistema partidário pela “falta de partidos reais, de interesses políticos bem definidos porque as bandeiras hasteadas até ontem não foram em nome de princípios, mas de indivíduos; não foram a frente do povo, mas de grupos ambiciosos”.³⁹ O tempo passou, mas sua descrença quanto ao potencial de mobilização popular dos partidos no Brasil permaneceu, pois em 1888 escrevia ao correligionário José Mariano que entedia que “os partidos esmagam o povo [...] não considero o interesse de nenhum partido, mas somente o do povo que nada pode fazer por mim por que ainda nem sequer balbucia a linguagem de seus direitos”.⁴⁰

As duas citações acima dão a ver que a vida política de Nabuco ao longo do período imperial foi marcada por uma frustração em relação ao poder dos partidos como um elemento irradiador de democracia. Questão que refletia-se diretamente nas eleições pautadas por aspectos pouco ou nada programáticos, e que só muito eventualmente deixavam desabrochar a força do elemento popular. Como no caso das eleições de 1884, que podem ser consideradas como um ponto fora da linha ou uma exceção que vinha a confirmar a regra. Naquela disputa Joaquim Nabuco, ao lado do companheiro abolicionista e liberal José Mariano, capitalizaram ao máximo o poder decisivo da população recifense.

Tiros, fachadas e identidades coletivas

Na carreira de Joaquim Nabuco o único momento em que as eleições tomaram ares democráticos, caracterizando-se essencialmente pela incorporação de milhares de pessoas em manifestações públicas e comícios nas ruas foi justamente na sua campanha abolicionista de 1884. Duas questões principais distinguiam essa disputa de todas as outras no que diz respeito ao amplo envolvimento do elemento popular. Em primeiro lugar a opção por consagrar o debate público como estratégia primordial, promovendo comícios ostensivos por diversos pontos da cidade, desde o bairro de Afogados, onde a maior parte da população vivia em mocambos fincados na lama, até a Madalena, onde discursava diante das sacadas forjadas em aço dos sobrados, passando pelas praças do centro e pelas muitas conferências no Teatro Santa Isabel. O outro aspecto central foi o caráter propriamente abolicionista desses eventos, que deram uma identidade social à contenda política, dizia Nabuco que “foi a escravidão que transportou as nossas eleições para o campo da luta social”.⁴¹ Seus discursos ressoavam uma temática que mobilizava com fervor discussões em círculos das mais variadas estratificações sociais, eleitores ou não, naquele momento ninguém era indiferente ao debate sobre abolição.

Forma e conteúdo deram uma aparência nova e atraente à campanha, de modo que, ao contrário dos pleitos comuns, esse não foi disputado simplesmente em termos partidários, ou entre governo *versus* oposição. Os dois lados em jogo foram demarcados propriamente pelas ideias a que se filiavam, era a emergência de uma eleição baseada em uma disputa programática. A arena não dividiu-se entre os candidatos do partido conservador e os do liberal, em 1884 as eleições foram disputadas entre os abolicionistas e os que pertenciam ao “partido do chicote”. Termos cunhados pelos próprios liberais, que afinal de contas, tomaram

de assalto o debate público. Nabuco avistou naquela campanha um reflexo do que entendia por política:

O partido liberal em massa nessa cidade tornou-se abolicionista, e o abolicionismo que era a opinião de alguns tornou-se o partido popular. O Recife nunca viu semelhante espetáculo, novo também no Brasil: o de uma eleição disputada, como nos Estados Unidos ou na Inglaterra, na praça pública, em grandes *meetings*, com esta diferença somente: que naqueles países ambos os partidos comparecem perante o povo e batem-se diante deles na mais transparente publicidade possível, ao passo que em Pernambuco eram nos os abolicionistas os únicos a dirigir-nos ao povo, a falar ao povo.⁴²

As campanhas normais se desenlaçavam a partir de circulares nos jornais, uma ou outra conferência em teatros ou auditórios fechados e banquetes privados que aconteciam geralmente às vésperas da votação e somente para os correligionários mais próximos. Alguns políticos também visitavam solenemente eleitores, batendo-lhes às portas como fez Nabuco à Jararaca. Mas, manifestações públicas, nas ruas e francamente abertas eram mais raras, aconteciam quando figurões vinham da Corte e eram recebidos no porto ou nas estações de trem (para o caso de recepções em cidades do interior), ou em festas oferecidas pelos candidatos nos dias de eleição aos votantes, ocasiões onde a cachaça e os quitutes eram tão, ou mais, atrativos quanto o debate político em si.⁴³

A campanha de 1884 se notabilizou por características que fugiam ao quadro de práticas comuns das eleições no Brasil de então. Mesmo queixando-se de problemas de saúde, Nabuco fez 23 discursos em cerca de três meses. O que conhecemos hoje por comício era chamado pelos oitocentistas de *meetings*, manifestação que não era tão habitual à ritualística das campanhas, porém, quando temáticas populares agitavam os pleitos eles eram convocados, como no caso das eleições que antecederam a Praieira ou nos debates sobre a nacionalização do comércio em 1860.⁴⁴ O abolicionismo potencializou essa estratégia de propaganda política como nenhuma causa o havia feito no país.

A campanha, tida por André Rebouças como um “novo exemplo e excelente lição”, vicejava como alternativa a dinâmica eleitoral que, para ele, havia se reduzido “a uma imposição de chefes ou a um mendigar de votos da maior humilhação para o candidato”.⁴⁵ Um outro amigo de Nabuco o escrevia saudando-o de maneira semelhante, no entanto, ressentia-se do fato daquele modelo de disputa não poder “ser implantado, à falta principalmente de combatentes decididamente aparelhados para lutas semelhantes”.⁴⁶ Aspecto interessante, porque deslocava a problemática das formas de campanha não para o propalado despreparo do povo, mas para a falta de candidatos suficientemente preparados para o debate público aberto.

Ao desvincular-se dessas estratégias tradicionais, Nabuco se propôs a falar para um público maior que o convencionado. Para além daquele eleitorado que representava uma camada pouco espessa da sociedade, o abolicionista afirmava “que nós - e não os eleitores – representamos a opinião, as esperanças do povo do Recife”.⁴⁷ A frase que o orador anunciava era um convite para que tomassem parte do processo as camadas da população alijadas dos direitos políticos. Mais que uma bravata discursiva, essa sentença ganhou ares de presságio para o pleito que não seria decidido pelos votos jogados nas urnas, mas propriamente pela intervenção violenta de uma população ávida por defender o mandato abolicionista.

Se aquela campanha afamou-se por sua profusão de pessoas e palavras, seu desfecho não deixou à desejar em intensidade. Ao fim do domingo de votação, a Igreja da Matriz de São José, que sediava a última sessão do 1º distrito eleitoral de Pernambuco, apresentou-se bem diferente do momento em que suas portas foram abertas nas primeiras horas da manhã para dar início aos trabalhos da mesa eleitoral. As marcas de balas nas paredes, o arrombamento de portas, o sangue derramado em seu interior e a grande movimentação de gente e de papéis pelo adro frontal, com lideranças políticas correndo para se aquartelar no prédio do arsenal, davam a ver que os elementos de uma tragédia violenta haviam sido dispostos sobre os votos e as atas eleitorais.⁴⁸

José Mariano foi o candidato liberal que encampou a campanha abolicionista ao lado de Joaquim Nabuco, protagonista em todas as conferências que movimentaram a cidade, já era considerado uma liderança popular há pelo menos uma década. Naquela eleição ele era candidato do 2º distrito e passou o domingo a percorrer as ruas da cidade monitorando os locais de votação com um séquito de simpatizantes da causa. Estava em outro ponto do centro da cidade quando lhe chegaram rumores de que os conservadores estavam fraudando as eleições em São José. O abolicionista, então, saiu em disparada na sua carruagem com alguns correligionários. Momentos depois de ter adentrado a Igreja, quando conversava com os membros da mesa, um cortejo com dezenas de pessoas se aproximou do templo, os mesários e os fiscais conservadores correram para o consistório e trancafiaram-se cerrando suas enormes portas. Na versão conservadora, o ato foi impulsionado pelo medo de que a massa viesse a inutilizar a eleição, que segundo os próprios, havia sido vencida por Machado Portela e não por Nabuco, segundo os liberais a ação se deu para que os agentes eleitorais conseguissem falsificar as atas. De qualquer maneira, ao perceber o estranho movimento da mesa eleitoral, a população ouriçou-se e forçou a porta, o rastilho do desentendimento foi então inflamado.

Dos seis agentes políticos, entre mesários e fiscais, que estavam acudados no templo, saíram dois conservadores armados e abrindo fogo contra a população para livrar a saída, um

deles, segundo José Mariano “que estava armado de duas pistolas e conservava uma faca entre os dentes”, disparava contra o povo inopinadamente. Era um famoso conservador, conhecido como major Bodé, ele e seu sobrinho, que também esvaziava a carga de sua pistola contra o aglomerado de gente, não conseguiram ser mais rápidos do que as laminas dos punhais que se colocaram em defesa da população acuada pelos tiros, os dois foram as vítimas fatais do evento. Os mesários foram espancados e a ata se desvaneceu junto com o cheiro de pólvora que dominou o recinto, uma outra ata foi confeccionada posteriormente (com todos os ares de ilegalidade) dando a ver que Nabuco perdera a eleição, seu oponente teria tido 94 votos, Nabuco apenas 78. Ao fim, essa eleição foi anulada e outra convocada, que com a abstenção dos conservadores, foi vencida por Nabuco.⁴⁹

Não há como saber ao certo por quem era composta a multidão envolvida nos eventos da matriz de São José, mas tanto conservadores, quanto liberais, criaram narrativas para descrever seus protagonistas. São versões diferentes para os mesmos personagens, perspectivas profundamente influenciadas pela defesa das candidaturas de cada um dos lados, mas que deixam transparecer o quanto a apropriação de fatos circunstanciais referenciavam a compreensão da ação política coletiva na época, dando-lhe respaldo ou subtraindo-lhe a legitimidade. Era no deblaterar que cercava fatos como esses que se cunhava a capacidade ou inaptidão da participação política das camadas populares.

Para os jornais conservadores o que houve não foi mero acaso, mas um morticínio arquitetado pelos abolicionistas que se usaram da força de uma clientela formada por “turbulentos”, escravos e libertos. O uso dessas categorias sociais era orientado em relação ao pensamento corrente na época que aventava que estas coletividades eram marginalizadas politicamente pela incapacidade de transigir com responsabilidade sobre os destinos coletivos, eram grupos pré-políticos. Nesse sentido, os conservadores buscavam responsabilizar os abolicionistas pelos atos daqueles que se insurgiram na matriz de São José, ao sugerir que os que ali estavam faziam parte de uma clientela controlada por Joaquim Nabuco e José Mariano. Subtraíam assim a agência dos protagonistas do conflito, voltando aos líderes o predicado da concepção do ato e ao povo apenas sua execução mecânica, reificavam assim a ideia de incapacidade ou autonomia política desses grupos.⁵⁰

Cabe perceber que mesmo diante de uma questão racial candente, nesses conflitos termos ligados a raça não eram evocados nos artigos de jornais, como a cor da pele dos participantes, por exemplo. Mas, nas narrativas sobre o conflito há um esforço dos conservadores em utilizar termos e categorias imbuídas de um sentido racial, porém, sem sua explicitação objetiva. Para os opositores, Joaquim Nabuco e José Mariano buscaram com

as conferências o “levantamento do espírito público” em uma campanha que a cidade “presenciou assustada”, dada “a propaganda do ódio, da vingança, da exaltação de todas as paixões ruins e da insurreição de escravos”. Na última frase há uma supressão de termos raciais, porém o sentido aparece implicitamente ao fim de cada expressão, como “propaganda de ódio”, “vingança” e “exaltação de todas as paixões ruins”.⁵¹

À tentativa de buscar desqualificar a campanha eleitoral, somou-se a acusação de premeditação dos crimes eleitorais, pois antes da consumação do fato já diziam perceber o fluxo de “grupos do povo armado para qualquer movimento oportuno, conforme o resultado”, esses grupos, segundo o relato, eram formados principalmente por “conhecidos desordeiros e escravos armados”.⁵² Um dos agentes conservadores que estava presente na ocasião, afirmou em um auto de perguntas para o delegado de polícia que tudo aconteceu com o consentimento de José Mariano e que os “turbulentos” que invadiram a Igreja o fizeram sob os gritos de “mata essa cambada de escravocrata”.⁵³ A maior parte dos relatos dessa imprensa fazia notar que esse grupo agiu não em torno de interesses próprios, mas sob a influência de José Mariano, o que se dizia é que ali não estava o “povo”, mas o “povo de Mariano”, descrito como “uma clientela faminta, insaciável, suspeita e de má catadura, capaz de conflagrar uma cidade para que se fale do seu nome”.⁵⁴

Em resposta a algumas dessas acusações, um abolicionista afirmou na imprensa que “essa história de escravos armados indica só que, pela primeira vez durante toda a vida imperial deste país, os escravos já chegaram ao ponto de reconhecer que devem pela resistência procurar sua liberdade”.⁵⁵ Ainda que observasse com temor que esse tipo de postura poderia desencadear algum tipo de revolta escrava, não deixava de reconhecer uma tomada de consciência política. O caráter autônomo e franco da atuação dos grupos que defendiam a candidatura abolicionista era insistentemente defendido pelos liberais, uma argumentação que os situava justamente como o “povo político” perseguido pelos analistas de política da época e muito raramente encontrado em terras brasileira. Aquele foi provavelmente um dos únicos momentos em que parte da elite admitiu que se podia reconhecer uma aptidão política satisfatória, ainda que circunstancial, a escravos.

Mesmo que a atitude dessas dezenas de pessoas fosse saudada, só raramente os liberais se dirigiam a elas em torno das mesmas categorias sociais que os conservadores, as identidades coletivas apodadas pelos conservadores, como escravos e libertos, foram diluídas pelos abolicionistas em torno de uma terminologia nobre no léxico político da época, mas etérea para a identificação de seus componentes, foram, enfim, chamados povo. De modo que escravos e livres acabaram assentados indistintamente dentro do círculo daqueles que

compunham o “povo”, a classificação em comum, coisa rara, deveu-se à jornada política e ela, segundo José Mariano, emergiu da incidência das práticas democráticas germinadas pela campanha abolicionista:

[...] quem esteve pelas ruas da cidade anelante de ansiedade, exposto aos raios ardentes do sol, novos hebreus em busca da promessa da liberdade, foi o povo pernambucano, foi o viril povo pernambucano que ao sopro cálido da democracia, sacudido pela nova propaganda, parecia ter ressuscitado de longo sono de quase meio século.⁵⁶

Era tamanha a disposição em compactar esse agrupamento de indivíduos em torno da categoria indivisível “povo”, que um cronista liberal chegava a encarnar a coletividade em um só corpo, com o gestual típico e o sentimento comum de uma descrição no melhor estilo Michellet, descrevendo: “a imensa multidão que a passos rápidos, ou antes correndo, se dirigia para S. José, com os olhos úmidos, os lábios lívidos, o semblante decomposto, o coração batendo precipitadamente, o braço erguido”.⁵⁷ Era com esses contornos humanos que uma massa antes amorfa, agora tinha noções bem delimitadas de seu papel social e político e, mesmo que estes, em sua maior parte, não gozassem dos direitos políticos, passavam então a entender seu papel fiscalizador no processo eleitoral como advertia outro articulista que indicava a quem esses discursos se referiam: era ao “povo que, bem ou mal, entende ter o direito de exigir, que a eleição seja a expressão fiel das urnas e não a mistificação da opinião pública [...] o povo, que nessa intervenção ou fiscalização julgava exercer um ato legítimo de sua soberania”.⁵⁸

O assassinato dos fiscais conservadores foi, por esta perspectiva, um tropeço no percurso desse “brioso povo pernambucano”, um acidente imprevisto. José Mariano utilizava de figuras metafóricas para descrever os assassinos, um agente metafísico havia vibrado o punhal contra o major Bodé e seu sobrinho, era a “cólera do povo” em sua explicação:

Quem podia naquela massa compacta e confusa, que se chama a multidão; quem podia descobrir o braço vingador que trazia enfeixados todos os raios da cólera popular, tremenda e fatal como o gladio de fogo do anjo que as sagradas letras pintam à porta do Paraíso para vingar no homem pecador a cólera divina? Quem matou o major Ferreira Esteves e Lisboa Esteves foi a cólera do povo, que eles haviam recebido a tiros, como se fossem uma horda de animais ferozes.⁵⁹

Por hora, cabe observar que afirmar o protagonismo da massa, defender a autonomia política do “povo”, era uma estratégia interessante para José Mariano e demais abolicionistas, assim afastavam-se das acusações que os relacionavam aos crimes de sangue ocorridos naquela eleição. Mariano não se furtava a explicitar que não queria ter parte nos fatos que

ocorreram, afirmava: “não se vê que não seria tão inepto que fosse colocar-me a frente de um movimento que não me dava nenhuma glória, que comprometia a minha posição?”.⁶⁰

O assassinato dos conservadores e os espancamentos que tiveram por palco aquela eleição, conformaram um elemento de uma extensa narrativa que foi sendo construída ao longo daquela década pelos conservadores e, anos depois, pelos republicanos, para constranger o envolvimento com a dinâmica política de setores da população situada entre os mais pobres e os negros, geralmente classificando-lhes como capangas de José Mariano.⁶¹ Uma questão, no entanto, me parece oportuna: se eram relativamente comuns os crimes, a coerção violenta e mesmo assassinatos, no jogo eleitoral da época, porque esse fato em especial foi tão marcante para a sociedade de então?

Não me parece que a preocupação se relacionava essencialmente com os atos de violência ou a lisura do processo eleitoral, até porque as únicas pessoas que realmente estavam armadas com revólveres foram justamente os conservadores assassinados, incorrendo inclusive no crime eleitoral de portar armas em local de votação. O fato de um volumoso número de pessoas tradicionalmente apartado do exercício dos direitos políticos, ou de qualquer gênero de cidadania no caso dos escravos, estarem não só tomando parte das eleições, como efetivamente decidindo-as (mesmo que ilegalmente) é que parece ser o cerne da questão.

Toda aquela gente que se via marginalizada da arena de decisão política, quando agitada pelo discurso abolicionista para fazer parte do processo foi literalmente recebida a tiros no local de votação. As versões sobre esse desfecho maculavam ainda mais a compreensão sobre a participação política da população pobre, negra e escrava. E é como se essas narrativas que os figuravam enquanto turbulentos, e portanto inaptos para o exercício democrático, fossem ao encontro das teorias políticas que submetiam a participação formal a traços de distinção que viessem a selecionar as fatias mais qualificadas da sociedade para representar a Nação.⁶² Diante dos conceitos manipulados pelos operadores da política institucional a participação daquelas pessoas era um assombro.

Sua ascensão momentânea ao status de “povo”, ainda que imbuída de interesses pessoais dos liberais que assim os classificavam, também conformou uma narrativa paralela que buscava legitimar as relações em torno de uma política mais democrática. Nesse momento cabe perceber que mesmo tratando-se de compreensões diferentes, liberais e conservadores utilizavam-se de semelhantes chaves de classificação para perceber a atuação política dessas pessoas, sempre em torno de termos como residual, espasmódica ou ensaística, ela nunca era entendida em si, mas em relação a um modelo de participação externo e formal.

Pouco mais de um ano depois, por exemplo, Joaquim Nabuco em um folheto que comentava suas duas últimas eleições discorria que “esse povo todo de escravos e servos” não tinha “consciência da força e do direito” e expressavam-se em “em aspirações que tem apenas lampejos prematuros”.⁶³

O tipo de participação que os analistas da época se ressentiam em não encontrar nos setores da sociedade mais pobres era justamente baseado em um modelo que não dizia respeito a cultura política praticada no Brasil, seja pelas formas de organização social, baseadas em princípios hierárquicos de submissão, seja pelos próprios empecilhos institucionais do sistema representativo. Nesse sentido, pode-se dizer que a campanha de 1884, enquanto estratégia de disputa eleitoral e de prática política também pode ser considerada um “lampejo prematuro”.⁶⁴

Esse lampejo, no entanto, nos mostrou o alcance da política na época e a disposição de enfrentamento e luta na defesa de candidaturas abolicionistas por parte de setores não reconhecidos como aptos para a prática política. Nesse sentido, é apropriado reforçar a ideia de que o termo ou conceito *política* é historicamente construído, ou seja, quando os oitocentistas afirmavam que os escravos e a arraia miúda da população eram inaptos ou indiferentes, essas classificações eram alusivas a determinado conceito de política que situavam-se em contextos e interesses circunstanciais em um plano discursivo. Havia um perene fluxo de práticas políticas que podem ser percebidas entre esses setores, mas que só esporadicamente eram registrados pelos produtores de fontes da época sob a legenda “política”, muitas vezes essas práticas eram agrupadas no rol de crimes e desordens, outras simplesmente passavam ao largo de relatos manuscritos, e outras ainda confluíam com os ideais institucionais de política e se inscrevem no noticiário dos jornais partidários e nas memórias de estadistas, assim como foram, por exemplo, os eventos de 1884.

Notas

¹ COUTY, Louis. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1988. p.102.

² Em termos de trabalhos recentes, temos, por exemplo: OZANAM, Israel. *Capoeira e capoeiras: entre a guarda negra e a Educação Física*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2015. ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das letras, 2009. MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012. MACHADO, Maria Helena; CASTILHO, Celso. *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo, EDUSP, 2015.

³ CARVALHO, José Murilo de. *Os três povos da República*. Revista USP, São Paulo, n° 59, set-nov. 2003. p.107

⁴ COMPARATO, Fábio Konder. *Variações sobre o conceito de povo no regime democrático*. Estudos Avançados, n°11, (31), 1997. p. 213.

⁵ Nas vésperas da primeira eleição que disputaria para a Câmara dos Deputados, em correspondência particular com o companheiro abolicionista Salvador de Mendonça, Nabuco comentava sobre a incerteza de ser proposto pelo partido liberal como candidato, afirmando com certa indiferença que “a minha eleição, que era certa, hoje é duvidosa. Todavia, como não é por vontade própria que eu entraria na política, se me trancarem a porta não me queixarei muito de ficar onde estou”, dizia que isso traria “a vantagem de poupar-nos as decepções, os dissabores e o desgostos da política”. Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. C.Ap.1, doc. 12.

⁶ Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. C. A. p.2, doc. 21.

⁷ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁸ Sobre o opúsculo *O povo e o trono*, Amanda Muzzi Gomes fez uma observação interessante. Segundo a historiadora, trata-se de um “escrito praticamente desconsiderado pela historiografia”, geralmente relevado apenas como um “simples assomo de mocidade”, nas palavras de Luiz Viana Filho. O tom do panfleto acentuadamente crítico à monarquia dava a ver a figura de um Joaquim Nabuco virulento, diverso da imagem de moderação e prudência que sempre lhe figura nos diversos estudos feitos sobre si. A pouca relevância voltada a esse escrito é interpretada por Amanda Muzzi como uma evidência de um fator que caracteriza a maior parte das biografias sobre Nabuco, o fato de seguirem os rastros biográficos deixados por ele mesmo. De fato, há silêncio sobre este texto escrito em uma fase que Nabuco não rememora com tanta afeição em sua autobiografia, onde dizia ser um período em que era levado pelo “espírito de rebeldia”, “independência” e “petulância”. Dos personagens do seu período, Nabuco é seguramente um dos que teve maior cuidado com sua imagem para a posteridade, além de sua autobiografia, seus diários e um longo discurso sobre a própria trajetória publicado no opúsculo sobre a Campanha Abolicionista de 1884, tinha o costume de escrever suas cartas em papel carbono para guardar as cópias, essa seleção de registros da própria vida que compõe a base das fontes documentais das pesquisas sobre si, além de outros textos escritos por correligionários, conformaram a lapidação de uma imagem de Nabuco desprovida de contradição em relação a sua auto-representação. GOMES, Amanda Muzzi. *Fragilidade monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações na primeira década republicana (1860 – 1900)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História, PUC – RJ, 2013. p.37.

⁹ DANTAS, Leonardo (org.). *Nabuco e a República: textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas*. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. p.12.

¹⁰ DANTAS, *Op. cit.* p.11. Neste trecho há uma evidente alusão ao famoso discurso do sorites, feito pelo seu pai na mesma ocasião, mais um traço da tesa influência que Nabuco recebia de seu pai.

¹¹ Nabuco entendia a democracia como um passo adiante da organização liberal do Estado. Esse foi um processo que ocorreu no período e que voltava suas preocupações em garantir uma maior coesão social e uniformidade distributiva ao liberalismo político, que na época assegurava os limites de ação dos governos com vistas a proteger os direitos e as liberdades individuais e que, gradativamente, passou a incorporar os valores democráticos que pressupunham metas coletivas para o bem estar social. Ou seja, essa era uma das formas de se conceber o liberalismo na época, pensando-o de maneira mais horizontalizada. Esse pensamento era basilar no caráter de “reformador social” a que Nabuco se propunha, e que teve o abolicionismo seu aspecto central. Para ele, a democratização do Estado era uma etapa fundamental para criar cidadãos e superar os estigmas da escravidão. Sobre o liberalismo político e a democracia da época, ver: SARTORI, Giovanni. *A teoria da Democracia revisitada: vol. 2 as questões clássicas*. São Paulo, Ed. Ática, 1994. pp. 145-184.

¹² Na época o sufrágio era indireto, processando-se em duas fases, na primeira um grande número de votantes escolhia os eleitores, na segunda esses eleitores, em porção muito mais restrita é que votavam nos candidatos aos cargos parlamentares. Deve-se observar também que quando os oitocentistas se referiam a “sufrágio universal” aludiam, em verdade, ao sufrágio universal masculino.

¹³ DANTAS, *Op. cit.* p.19

¹⁴ DANTAS, *Op. cit.* pp.10-11

¹⁵ DANTAS, *Op. cit.* p. 9

¹⁶ A frase citada é de Oliveira Vianna, intelectual cujas ideias tem centralidade na análise de Renato Lessa. LESSA, Renato. *Modos de fazer uma República: demiurgia e invenção institucional na tradição republicana brasileira*. *Análise Social*, 2004, XLVII (3°), 2012. pp. 509-531.

¹⁷ Lessa concentra suas análises sob a formulação de um Estado Republicano operado nas mudanças legislativas do início da década de 1930, com destaque para o código eleitoral de 1932, e concluídas com a Constituição de 1988. LESSA, Renato. *Modos de fazer uma República: demiurgia e invenção institucional na tradição republicana brasileira*. *Análise Social*, 2004, XLVII (3°), 2012. pp. 509-531.

¹⁸ DANTAS, *Op. cit.* p.19.

¹⁹ Primeiro mandato que, diga-se de passagem, foi articulado por lideranças do partido em uma eleição arranjada. O próprio Nabuco expunha abertamente a forma como chegou ao parlamento pela primeira vez: “a

minha eleição de 1878 foi toda devida à influência pessoal e ao prestígio do chefe do partido liberal, naquela época o Barão de Villa Bella....”. NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista do Recife. Eleições de 1884. Discursos de Joaquim Nabuco; Prefácio de Aníbal Falcão; Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa*. 2ª Ed., Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. p.58.

²⁰ Até 1881 o eleitorado brasileiro era bastante amplo para os padrões da época, mais de um milhão de pessoas votavam, no entanto, o sistema eleitoral era indireto e a esmagadora maioria desses votantes não votavam nos candidatos, mas em sim em uma pequena parcela de eleitores e esses sim escrutinavam os candidatos. Com a reforma de 1881, o voto passou a ser direto, mas o eleitorado foi reduzido a cerca de 140 mil pessoas. As restrições que eliminaram mais de 90% dos que antes votavam foram impostas em torno de dificuldades burocráticas para a comprovação de renda, além da eliminação dos analfabetos a partir das qualificações eleitorais de 1882. Em pesquisa anterior demonstrei que as parcelas mais afetadas com a perda do direito de voto foram as populações que viviam nas zonas rurais e os indivíduos das classes pobres das cidades. Ver: SOUZA, Felipe Azevedo e. *O eleitorado imperial em reforma*. Recife, Editora Massangana, 2014.

²¹ DANTAS, *Op. cit.* p.34

²² Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 29/04/1879. Consultada em 17/11/2015 em http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp.

²³ Sobre a questão, Alfredo Bosi afirma que: “é possível que Nabuco haja idealizado os traços de um caráter nacional inglês em estado puro e refratário a influências externas”, o que para Arinos de Melo Franco redundou em uma fé “inteiramente irrealista” nas “possibilidade de adaptação, no Brasil, da Monarquia parlamentar inglesa”. *Apud BOSI, Alfredo. Joaquim Nabuco memorialista. Estudos Avançados*, n°24, (69), 2010. pp. 87-104.

²⁴ STOKES, Susan. *What killed vote buying in Britain?*. Yale University, artigo não publicado, disponível em: <http://polisci.fsu.edu/csdp/documents/Stokes.pdf> (consultado em 15/11/2015).

²⁵ ZIBLATT, Daniel. *Shaping democratic practice and the causes of electoral fraud: The case of nineteenth-century Germany*. *American Political Science Review*, vol. 103, n° 1, feb-2009. ZIBLATT, Daniel. *How did Europe democratize?*. *World Politics*, 58, jan-2006. ANDERSON, Margaret Lavinia. *Practicing Democracy: elections and political culture in Imperial Germany*. New Jersey, Princeton University Press, 2000. LIZZERI, Alessandro. PERSICO, Nicola. *Why did the elites extend the suffrage? Democracy and the scope of government with an application to Britain's "Age of Reform"*. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 119, n° 2, may-2004.

²⁶ SOUZA, Felipe Azevedo e. *Op. cit.*

²⁷ Nessa época o Recife dividia-se em dois distritos eleitorais, os dados do segundo distrito que utilizo aqui dizem respeito a cinco freguesias: Boa Vista, Graças, Afogados, Várzea e São Lourenço da Mata. Os dois primeiros bairros citadinos com uma população mais abastada, o bairro de Afogados também era próximo ao centro da cidade, porém, seus habitantes eram em grande maioria pobres. As duas últimas freguesias eram essencialmente rurais. Esse distrito conforma assim um eleitorado bastante diverso com perfis diferentes de ocupação e de índices sociais. Suas vicissitudes são detalhadas em: SOUZA, Felipe Azevedo e. *Op. cit.*

²⁸ Fabrice Lehoucq em um estudo sobre sistemas eleitorais em múltiplos países, já afirmou que as “fraudes eram lugar comum” nessa fase de implantação de instrumentos de representação por meio de eleições. Portanto, o que distinguia esses sistemas não era a presença ou ausência de fraudes, mas como enfrentar esse problema. Ao observar o caso de alguns estados do sul dos EUA, o pesquisador percebeu que naqueles aonde foram criadas restrições aos escravos emancipados e aos brancos pobres, no final do século XIX, diminuindo-se o eleitorado, houve uma maior incidência de fraudes e corrupção. Dando a perceber, a partir de consulta a extensa bibliografia, que uma das saídas ao problema do falseamento das eleições adotado por diversos países, como Alemanha e Grã Bretanha, era justamente a ampliação do eleitorado, com um consequente fortalecimento de partidos de massa. LEHOUCQ, Fabrice. *Electoral fraud: causes, types and consequences*. *Annual Review of Political Sciences*, n° 6, (1), 2003.

²⁹ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília, Senado Federal, 2009. p.209.

³⁰ *Idem*. p. 210.

³¹ É como se nos momentos de eleição houvesse um fluxo maior nas relações entre candidatos e a gente que compunha a arraia miúda, uma liberalidade permissiva que abrandava as relações. Acredito que eram transações que não diziam respeito propriamente sobre a compra de votos, mas muitas vezes ao jogo de negociação para o convencimento dos eleitores. Falo de atos prosaicos que carregavam um peso simbólico dístico do período eleitoral, como o do relato que Saldanha Marinho fez certa vez no púlpito da Câmara, dizia ele que: “Um nobre cavalheiro, poderoso chefe liberal, dirigiu-se, em vésperas de eleição primaria, ao velho porteiro da secretaria da presidência, simples homem do povo e, depois de algumas palavras amistosas, dignou-se por condescendência ocasional oferecer-lhe uma pitada de rapé. Era um simples agrado ao votante. O velho perspicaz, e já afeito a obséquios semelhantes, encarou o chefe liberal, e com sorriso esmagador, aceitou o obsequio dizendo-lhe ‘há quatro annos que não tenho semelhante honra.’”. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 1/06/1880. Consultada em 17/11/2015 em http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp.

³² *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1881*. Recife, Typographia Mercantil, 1881. p.82.

³³ *Jornal do Recife*, 6 de julho de 1894. “Ministério da Guerra”. *Jornal do Recife*, 15 de julho de 1894. “Ministério da Guerra”.

³⁴ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. MINC – FBN, e-book, sem data. p. 255.

³⁵ Quando relevo que essa hipótese leva em conta os aspectos normativos, me dirijo não objetivamente para a forma com que Jararaca pensou, o que seria um exercício impossível, mas dimensiono as opções possíveis de sua ação (que nos são apresentadas por Nabuco) ao nível de uma abstração ancorada na teoria da escolha racional. Por mais instrumentalista que pareça essa captação da agência individual de um personagem, ela nos ajuda não a prever suas escolhas, mas a entender o que o sistema político propiciava a eleitores como ele e quais os prováveis comportamentos em jogo. FAREJOHN, John. PASQUINO, Pasquale. *A Teoria da Escolha Racional na Ciência Política: conceitos de racionalidade em teoria política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n° 45, fev-2001.

³⁶ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília, Senado Federal, 2003. p. 168.

³⁷ NABUCO, Joaquim. *Eleições Liberais e Eleições Conservadoras*. Rio de Janeiro, Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1886. p. 53

³⁸ *Idem*. p. 55-56

³⁹ DANTAS, Leonardo (org.). *Nabuco e a República: textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas*. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. p.12.

⁴⁰ Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. CAP.6, doc. 101.

⁴¹ NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista do Recife. Eleições de 1884. Discursos de Joaquim Nabuco; Prefácio de Aníbal Falcão; Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa*. 2º Ed., Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. p.192.

⁴² *Idem*. p. 170

⁴³ ROSAS, Suzana Cavani. *Eleições, cidadania e cultura política no Segundo Reinado*. Recife, Clio Série História do Nordeste, n°20, 2002. p.91. GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997. Ver, em especial, o capítulo “O teatro das eleições”.

⁴⁴ Ver: ROSAS, Suzana Cavani. *Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José*. Fortaleza, ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

⁴⁵ Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. CPp.6, doc. 253.

⁴⁶ Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. CPp.13, doc. 255.

⁴⁷ NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista do Recife. Eleições de 1884. Discursos de Joaquim Nabuco; Prefácio de Aníbal Falcão; Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa*. 2º Ed., Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. p. 27.

⁴⁸ Os relatos sobre os fatos ocorridos na eleição de S. José narrados nos próximos parágrafos tem por base principal as seguintes matérias: *Diário de Pernambuco*, 3 de fevereiro de 1885. “Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel entregou ao Dr. Augusto de Souza Leão, 3º vice-presidente, a administração dessa província no dia 26 de janeiro de 1885”. *Diário de Pernambuco*, 13 de dezembro de 1884. “Publicações a pedido: Auto de perguntas feitas a Agostinho Bezerra da Silva Cavalcante”. *Diário de Pernambuco*, 3 de janeiro de 1885. “Primeiro distrito eleitoral: Auto de perguntas feitas a José Antonio da Silveira e Silva”. *Diário de Pernambuco*, 14 de dezembro de 1884. “Primeiro distrito: Auto de perguntas feitas a José Simplicio de Sá Esteves”. *Jornal de Recife*, 4 de dezembro de 1884. “Aos eleitores do 1º distrito do Recife”, “Ao País” e “Eleição 1º distrito”. *Jornal de Recife*, 5 de dezembro de 1884. “A primeira batalha”. *Jornal de Recife*, 6 de dezembro de 1884. “Os fatos de S. José”. *Jornal de Recife*, 10 de dezembro de 1884. “O epílogo de Mario”. *Jornal de Recife*, 12 de dezembro de 1884. “Os acontecimentos do dia 1º” e “Ao País”. *Jornal de Recife*, 13 de dezembro de 1884. “As acusações d’O Tempo”. *Jornal de Recife*, 3 de janeiro de 1885. “Ao País” e “A paz no Recife”. *Jornal de Recife*, 20 de dezembro de 1884. “Vinte dias depois”, “Eleição do 1º distrito” e “Ao País”. *Jornal de Recife*, 19 de dezembro de 1884. “Ao eleitorado do 1º distrito”. *Jornal de Recife*, 17 de dezembro de 1884. “A eleição” e “Ao País”.

⁴⁹ *Jornal do Recife*, 19 de dezembro de 1884. “Escândalo inaudito”. O desenrolar em torno do mandato de Nabuco é confuso e revela a fragilidade dos mecanismos de representatividade diante de suas reviravoltas em *chicanas* internas ao jogo político. Depois de ter-se anulado a eleição da matriz de São José, convocou-se outra para alguns dias depois. Na segunda votação Nabuco venceu porque seu oponente se absteve. No entanto, quando na Câmara Geral, na Corte, Nabuco não foi diplomado por decisão dos deputados, que consideraram o processo ilegítimo e consagraram o mandato a Machado Portela. Acontece que, em uma história um tanto nebulosa, um candidato de um distrito do interior de Pernambuco desistiu do mandato. Poucos meses depois,

Nabuco veio a disputar essa vaga em eleições que se procederam no sertão. Dessa última vez, Nabuco ganhou e assumiu finalmente a deputação.

⁵⁰ As formas pelas quais as coletividades em torno de José Mariano foram retratadas enquanto clientela violenta e turbulenta, e as razões que lhe motivaram, são analisadas por Israel Ozanam em seu recente livro. Ao perceber nessas dinâmicas um processo de mudança social das identidades políticas na década da abolição e nos anos iniciais da República, Ozanam traça de forma notável uma releitura das hierarquias sociais no funcionamento da política da cidade que me foi valioso para compreender o período. OZANAM, *Op. cit.*

⁵¹ *Jornal do Recife*, 4 de dezembro de 1884. “Eleição”. (artigo transcrito do jornal conservador *O Tempo*).

⁵² *Jornal do Recife*, 24 de dezembro de 1884. “O telegrama de 10 de dezembro” (artigo transcrito do jornal conservador *O Tempo*).

⁵³ *Diário de Pernambuco*, 14 de dezembro de 1884. “1° districto. Eleição de S. José. Auto de perguntas feitas a José Symplicio de Sá Esteves, aos 2 de dezembro, pelo delegado de polícia”.

⁵⁴ *Diário de Pernambuco*, 16 de dezembro de 1884. “José Mariano”. Levando em consideração que “catadura” significava na época “aspecto, semblante”, a utilização do termo nesse contexto pode remeter a um expediente de racialização. SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo 1. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922: p. 360. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789

⁵⁵ *Jornal do Recife*, 24 de dezembro de 1884. “O telegrama de 10 de dezembro”.

⁵⁶ *Jornal do Recife*, 24 de dezembro de 1884. “Ao País”.

⁵⁷ *Jornal do Recife*, 14 de dezembro de 1884. “As acusações do Tempo”

⁵⁸ *Jornal do Recife*, 10 de dezembro de 1884. “O epilogo de Mario”.

⁵⁹ *Jornal do Recife*, 3 de janeiro de 1885. “Ao País”.

⁶⁰ *Jornal do Recife*, 13 de dezembro de 1884. “Ao País”.

⁶¹ Aqui, mais uma vez, volto ao trabalho de Israel Ozanam, que evidencia a emergência desse processo dentro do discursivo republicano nos anos finais da década de 1880 e no começo da República. OZANAM, *Op. cit.*

⁶² Na organização dos sistemas representativos de governo uma questão era central, quem poderia participar do processo? Ou seja, quem teria o direito de votar e ser votado? No começo do século XIX, a concepção sobre quem participaria das eleições estava diretamente ligada a ideia de capacidade de discernimento político, concepção que contemplava não só os atributos intelectuais, como a capacidade de independência na escolha que cada indivíduo gozava. No caso do Brasil, por exemplo, que em sua Constituição de 1824, vetava a participação de mulheres, menores e escravos, o fazia sob a ideia de que as pessoas alistadas nessas categorias eram dependentes de um *pater familias*, um senhor cuja autoridade sobre a esposa, os filhos e os criados, influenciaria fatalmente na decisão política destes. Esta independência, tida como vital para o bom exercício do voto, deveria ser financeira também, daí adveio o princípio censitário do voto, estabelecido em uma quantia relativamente baixa no Brasil Império e abolida com a República. A reforma de 1881 impôs outro tipo de restrição, o chamado censo literário, que vetava o direito de voto aos analfabetos que requeressem esse direito a partir de 1882. Entendido no contexto de abolição, essa medida foi adotada para restringir o acesso de libertos à arena política, visto que apenas 1% dos escravos eram alfabetizados no país. Essas questões dizem respeito ao que Bernard Manin chama de “princípios de distinção”, ferramenta dos sistemas representativos menos democráticos para designar o conjunto de caracteres responsáveis por tornar alguns cidadãos aptos à participação política e outros não. MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. New York, Cambridge University Press, 1997.

⁶³ NABUCO, Joaquim. *Eleições Liberais e Eleições Conservadoras*. Rio de Janeiro, Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1886. pp. 56-57.

⁶⁴ Em *Democratic subjects*, Patrick Joyce, mostra o quanto Gladstone, que era o ídolo político de Nabuco, esforçava-se por criar na Inglaterra uma cultura democrática para além desses “lampejos prematuros”. Na ilha britânica, no entanto, esses esforços se deram na década de 1880, quando aquele país já havia implantado os mecanismos de uma política de massas a cerca de 20 anos. Joyce evidencia nesse sentido a lenta marcha para a implantação de uma democracia, no que diz respeito não apenas as instituições democráticas, mas principalmente a uma cultura democrática capilarizada no espírito popular. A percepção de Nabuco, como a de muitos outros analistas do período, de que a expressão política dos mais pobres era evidenciada apenas por “lampejos prematuros”, parece refletir o estado social e político do próprio país, cujas instituições pouco acessíveis e uma cultura social hierarquizada não propiciavam muito mais do que isso. JOYCE, Patrick. *Democratic subjects: the self and social in nineteenth-century England*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994. p.216

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das letras, 2009.
- ANDERSON, Margaret Lavinia. *Practicing Democracy: elections and political culture in Imperial Germany*. New Jersey, Princeton University Press, 2000.
- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. MINC – FBN, e-book, sem data.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os três povos da República*. Revista USP, São Paulo, n° 59, set-nov. 2003.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Variações sobre o conceito de povo no regime democrático*. Estudos Avançados, n° 11, (31), 1997.
- COUTY, Louis. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1988.
- DANTAS, Leonardo (org.). *Nabuco e a República: textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas*. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.
- FAREJOHN, John. PASQUINO, Pasquale. *A Teoria da Escolha Racional na Ciência Política: conceitos de racionalidade em teoria política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n° 45, fev-2001.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
- GOMES, Amanda Muzzi. *Fragilidade monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações na primeira década republicana (1860 – 1900)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História, PUC – RJ, 2013.
- JOYCE, Patrick. *Democratic subjects: the self and social in nineteenth-century England*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- LEHOUCQ, Fabrice. *Electoral fraud: causes, types and consequences*. Annual Review of Political Sciences, n° 6, (1), 2003.
- LESSA, Renato. *Modos de fazer uma República: demiurgia e invenção institucional na tradição republicana brasileira*. Análise Social, 2004, XLVII (3°), 2012. pp. 509-531.
- LIZZERI, Alessandro. PERSICO, Nicola. *Why did the elites extend the suffrage? Democracy and the scope of government with an application to Britain’s “Age of Reform”*. The Quarterly Journal of Economics, vol. 119, n° 2, may-2004.
- MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012.
- MACHADO, Maria Helena; CASTILHO, Celso. *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo, EDUSP, 2015.
- MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. New York, Cambridge University Press, 1997.
- NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista do Recife. Eleições de 1884. Discursos de Joaquim Nabuco; Prefácio de Aníbal Falcão; Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa*. 2° Ed., Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.
- _____, Joaquim. *Eleições Liberais e Eleições Conservadoras*. Rio de Janeiro, Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1886.
- _____, Joaquim. *Minha formação*. Brasília, Senado Federal, 2009.
- OZANAM, Israel. *Capoeira e capoeiras: entre a guarda negra e a Educação Física*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2015.
- ROSAS, Suzana Cavani. *Eleições, cidadania e cultura política no Segundo Reinado*. Recife, Clio Série História do Nordeste, n°20, 2002.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da Democracia revisitada: vol. 2 as questões clássicas*. São Paulo, Ed. Ática, 1994.

STOKES, Susan. *What killed vote buying in Britain?*. Yale University, artigo não publicado, disponível em: <http://polisci.fsu.edu/csdp/documents/Stokes.pdf> (consultado em 15/11/2015).

ZIBLATT, Daniel. *Shaping democratic practice and the causes of electoral fraud: The case of nineteenth-century Germany*. *American Political Science Review*, vol. 103, n° 1, feb-2009.

_____. *How did Europe democratize?*. *World Politics*, 58, jan-2006.